



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO  
FEDERAL

Secretaria Executiva

Ofício Nº 378/2021 - SEE/SECEX

Brasília-DF, 08 de novembro de 2021.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, reporto-me à Decisão nº 3801/2021 de 29/09/2021, exarada por esta Corte de contas no processo nº 11728/2019-e, que tem por objeto a Auditoria integrada realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, para avaliação do gerenciamento da Educação Infantil, referente aos anos de 2018 e 2019.

Por meio da citada Decisão essa Corte de Contas reitera a esta SEE os itens não atendidos da Decisão 4407/2020 de 07/10/2021, cujo cumprimento será objeto de monitoramento, **e determina a esta SEE o envio de informações, no prazo de 30 (trinta) dias acerca do cumprimento das “diligências objeto dos itens II.c, II.f, II.h, II.i, II.k, II.n da Decisão n.º 4407/2020” e requer informações sobre procedimentos de apuração.**

Preliminarmente informo que a atual gestão desta Secretaria de Estado de Educação, iniciada em 15 de julho de 2021, tem envidado esforços para dar cumprimento integral às determinações expedidas por esta e. Corte de Contas.

Em relação ao item IV.b.i, da Decisão nº 3801/2021, esclareço que o processo de investigação preliminar nº 00080-00026627/2021-35, tem a sua conclusão prevista para o final de novembro de 2021, vez que o objeto de apuração do referido processo é de alta complexidade, por envolver muitos servidores e Coordenações Regionais de Ensino.

Assim, informo que, até esta data, não foram instauradas sindicâncias ou processos disciplinares para apurar os *“indícios de irregularidade na validação da inscrição praticada por parte de servidor da SEE/DF”*, **item II.i da Decisão nº 4407/2020**, pois, a medida depende da conclusão da investigação preliminar conduzida no processo acima citado.

Quanto ao item IV.b.ii, da Decisão nº 3801/2021, informo que o processo SEI-GDF n.º 00080 – 00075855/2020-58 autuado para tratar da responsabilização da Creche Comunitária da QE 38 do Guará, em cumprimento ao **item II.m.ii da Decisão nº 4407/2020**, encontra-se em andamento, sendo para esta finalidade instaurado procedimento administrativo e instituída Comissão por Portaria nº 569, de 19 de outubro de 2021, cópia anexa, id. 73569015.

Concernente ao determinado no **item IV.a da Decisão nº 3801/2021**, apresento as informações que se seguem, encaminhando anexo documentos comprobatórios.

Em referência a determinação para proceder ao cancelamento das *“inscrições duplicadas no i-Educar, tais como as indicadas no Quadro 12 do Relatório Final de Auditoria”*, item II.f da Decisão 4407/2020, após conferência das inscrições listadas no citado quadro a Gerência de Suporte e Oferta às Instituições Educacionais Parceiras – GINP/SUPLAV, constatou que tal exclusão geraria perda rastreabilidade do Sistema, optando pela alteração do status da criança:

*... esclarece-se que, em razão de não se poder excluir todos os cadastros*

*duplicados dos estudantes, visando não perder a rastreabilidade do sistema, uma vez que isto garante a transparência e a impessoalidade como limiares da Administração, optou-se pela realização da alteração do status da criança no Sistema i-Educar para pré-inscrito, com registro desta ocorrência em razão de duplicidade, ao que as crianças inscritas permanecera com o cadastro principal ativo, com assinalação de pontuação no ranqueamento para chamamento no Cadastro Único (fila de espera), sem prejuízo de pontuação, posicionamento ou obtenção de vagas para atendimento. (Grifamos)*

No que tange à situação econômica dos responsáveis por pleiteantes em vagas na etapa creche da educação infantil, documento DA\_PT nº 89, **item II.i da Decisão 4407/2020**, a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação encaminhou, via processo eletrônico 00080-00027334/2021-75, a Circular n.º 10/2021 - SEE/SUPLAV, cópia id. 73569040, determinando que as Unidades Regionais de Planejamento Educacional e Tecnologia na Educação - UNIPLAT realizassem, de posse dos dossiês das crianças inscritas e em aguardo para obtenção de vagas, revisão dos informes financeiros de seus responsáveis, uma vez que há critérios objetivos relacionados à renda do responsável e à obtenção de pontuação por parte da criança no ranqueamento.

Destaca-se, em relação a providência acima descrita, os esclarecimentos apresentados pela Gerência de Suporte e Oferta às Instituições Educacionais Parceiras – GINP:

*É de ressaltar que as crianças apontadas nas listagens dos achados do referido Papel de Trabalho que já tivessem sido contempladas com a vaga não tiveram suas matrículas canceladas ou vagas retiradas, ao que tais alterações no ranqueamento foram realizadas apenas com crianças que ainda aguardavam por chamamento, uma vez que isto poderia abalar a segurança jurídica da relação de oferta de vaga e de atendimento, ao que tais alunos poderiam ser prejudicados após exercício de direito adquirido. Quanto à revisão do critério "mãe adolescente" objeto do documento DA\_PT nº 74, houve ajuste por parte da equipe técnica de tecnologia da informação desta Casa para que tal contagem das idades das mães fosse realizada automaticamente e, assim que se ultrapassasse a idade de 18 (dezoito) anos completos, houvesse decréscimo automático da pontuação da criança em aguardo na fila, fazendo com o que o critério se tornasse objetivo e não um direito adquirido, acompanhando o status da idade e do aguardo no Cadastro Único.*

Determina essa Corte no **item II.k da Decisão nº 4407/2020** que a SEE realize a “revisão de vagas previstas nos Termos de Colaboração com Instituições Educacionais”, neste sentido foi enviado, em 17/12/2020, às Coordenações Regionais de Ensino - CRE o Informativo – SEE/SUPLAV, cópia id. 73569152, objeto do processo nº 00080-00227533/2020-09, sendo o levantamento de vagas ociosas procedido por meio do Circular n.º 9/2020 - SEE/GAB/CMAP TC, cópia id. 73569305, encaminhada às CREs por meio do processo eletrônico nº 00080-00197597/2020-60, conforme esclarece a Gerência de Suporte e Oferta às Instituições Educacionais Parceiras – GINP/SUPLAV/SEE:

*... foi iniciado procedimento para revisão de vagas previstas nos Termos de Colaboração por meio do processo eletrônico SEI GDF00080-00227533/2020-09, ainda no final do ano de 2020, visando planejamento para o ano letivo de 2021, o qual solicitou o envio de novo Plano de*

*Trabalho e de nova Proposta de Enturmação das Instituições Educacionais Parceiras com as quais esta Casa mantém Termos de Colaboração para oferta da etapa creche. Tais pedidos foram elaborados para as Comissões Gestoras Locais, em níveis das Coordenações Regionais de Ensino - CRE. Por meio do referido processo foi solicitada manifestação das Organizações da Sociedade Civil - OSCs, caso estas tivessem a intenção em aumentar ou justificassem reduzir a oferta educacional para o ano letivo de 2021 a contar do dia 08 de março de 2021, início do referido ano letivo. Em tais manifestações, constavam descritas a meta pactuada para 2020 e o número a ser acrescido ou decrescido para 2021 em caso de decisão da Instituição Parceira, bem como para prosseguimento dos trâmites para Termo Aditivos, quando houvesse. Durante todo o ano letivo de 2021 as áreas técnicas afeitas à oferta educacional em nível central (a Gerência de Suporte e Oferta às Instituições Educacionais Parceiras - GINP e a DIOFE), em parceria com as UNIPLAT nas Coordenações Regionais de Ensino - CRE, acompanharam os Termos de Colaboração, o surgimento de vagas ociosas e o encaminhamento de crianças para atendimento, ao que faz gestão de tais procedimentos por meio dos sistemas disponíveis (Sistema Eletrônico de Informações - SEI GDF e Sistema de Gestão Escolar i-Educar), ao que o encaminhamento das crianças diretamente do Sistema i-Educar é realizado pelas UNIPLAT conforme o surgimento de vagas e atendimento das filas de espera e das demandas reprimidas.*

*(...)*

*Salientamos ainda que foi encaminhado às UNIPLAT's o processo N°00080-00197597/2020-60 no qual foi solicitado aos setores regionais o retorno de relatório contendo o número de vagas ociosas para atualização dos registros, objetivando dar segurança jurídica às ações desta Pasta.*

Para fins de comprovação das medidas adotadas segue anexo cópia dos expedientes citados, bem como dos processo eletrônicos, destacando-se que a cópia do processo SEI 00080-00027334/2021-75 contém apenas as peças (Tabelas) que demonstram as adequações implementados no sentido de promover a revisão dos informes financeiros de seus responsáveis por crianças inscritas nas creches.

Informo a esta Corte de Contas que, embora as Unidades Orgânicas de Secretaria de Estado de Educação tenham se empenhado, não foi possível cumprir integralmente, no prazo explicitado de 30 (trinta) dias, ao determinado no item "IV.a" da Decisão nº 3801/2021, restando pendentes de envio a este Tribunal de Contas as informações/documentos referente ao **cumprimento** das diligências objeto dos itens **II.c, II.f, II.h, e II.n da Decisão n.º 4407/2020**.

Dessa forma, **solicito a concessão de prorrogação do prazo para cumprimento dos itens pendentes referente ao item "IV.a" da Decisão nº 3801/2021.**

Por fim, contando com a compreensão dessa Corte, colocamo-nos à disposição para outras esclarecimentos.

Atenciosamente,

**DENILSON BENTO DA COSTA**

Secretário Executivo de Educação do Distrito Federal\*

*\*Conforme delegação de competência na Portaria nº 367, DE 21 de julho de 2021, Art. 12, inciso IV.*

Documentos anexos:

DOCUMENTO	Nº SEI
Portaria n 569 de 19/10/2021	73569015
Circular n.º 10/2021 - SEE/SUPLAV	73569040
Circular n.º 10/2021 - SEE/SUPLAV	73569152
Processo Vol. I - 00080-00227533/2020-09 Revisão de Vagas	73569282
Processo Vol. II - 00080-00227533/2020-09 Revisão de Vagas	73569297
Circular n.º 9/2020 - SEE/GAB/CMAP TC	73569305
Processo 00080-00197597/2020-60 Vagas Ociosas	73569319
Processo 00080-00027334/2021-75 Revisão de Renda	73571584

Ao Senhor,

**Paulo Tadeu Vale da Silva**

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **DENILSON BENTO DA COSTA - Matr. 00383880, Secretário(a) Executivo(a)**, em 08/11/2021, às 16:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **73642330** código CRC= **CD4A25A5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF  
3901-2343  
Site: - [www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)